



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 015/15 - TORNA PERMANENTE O FUNDEB/EDUCAÇÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0363/17	DATA: 27/04/2017	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 10h28min	TÉRMINO: 12h38min	PÁGINAS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANA ANGÉLICA GONÇALVES PAIVA - Professora, Especialista e Mestre em Educação.
SUELI NOBRE - Ex-Secretária Municipal de Educação de Montes Claros, Minas Gerais.
JÔNATAS GONÇALVES RÊGO - Secretário Municipal de Educação de Mirabela, Minas Gerais.

SUMÁRIO

Debate acerca do tema *“A importância da perenidade do FUNDEB, a importância do FUNDEB para os Municípios e a necessidade de aperfeiçoamento dos índices de educação, como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)”*.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há palavra ou expressão ininteligível.
Houve intervenções inaudíveis.



Número: 0363/17

27/04/2017

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 2015, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB.

Comunico o recebimento dos seguintes expedientes:

Ofício nº 266, de 2017, da Liderança do PT, que indica o Deputado Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais, para titular da Comissão.

O Deputado Reginaldo Lopes esteve presente à última reunião e pediu que integrasse a nossa Comissão. Ficamos muito felizes, porque S.Exa. tem larga experiência na área de educação. O Deputado é também do meu Estado.

Ofício nº 333/SGM/P, de 2017, do Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, que comunica a reabertura do prazo, por cinco sessões, para o oferecimento de emendas à PEC 15/15.

Informo que esse prazo foi iniciado no dia 24 de abril de 2017, conforme ofício encaminhado, por *e-mail*, no dia 20 de abril de 2017, aos gabinetes dos membros da Comissão, às Lideranças e às Consultorias da Casa.

Portanto, está aberto, por cinco sessões, o prazo para apresentação de emendas à PEC, que foi iniciado no dia 24 de abril.

A Ordem do Dia de hoje prevê a realização de audiência pública e a deliberação de requerimentos.

Vamos dar início, então, à audiência pública, convidando para fazer parte da Mesa a Sra. Ana Angélica Gonçalves Paiva, Professora, Especialista e Mestre em Educação; a Sra. Sueli Nobre, Ex-Secretária Municipal de Educação de Montes Claros, Minas Gerais; e o Sr. Jônatas Gonçalves Rêgo, Secretário Municipal de Educação de Mirabela, Minas Gerais.

Informo que a realização desta audiência atende ao Requerimento nº 13, de 2017, de minha autoria, e tem como tema *A importância da perenidade do FUNDEB, a importância do FUNDEB para os Municípios e a necessidade de aperfeiçoamento dos índices de educação, como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)*.



Número: 0363/17

27/04/2017

Antes de conceder a palavra aos convidados, peço a atenção aos procedimentos a serem adotados durante a audiência.

Inicialmente, será concedida a palavra aos convidados por 20 minutos, para as suas exposições. Logo após, será concedida a palavra à Relatora e aos Deputados, seguindo a ordem de inscrição, os quais terão 3 minutos para interpelações e considerações, tendo o convidado o mesmo prazo para resposta, sendo ainda facultada a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos.

Ao fim das intervenções dos Parlamentares, será concedida a palavra, por 3 minutos, aos Consultores Legislativos desta Casa, para que possam se manifestar.

As perguntas serão feitas ao final da palestra e deverão se restringir ao assunto da exposição.

A lista de inscrição para os debates encontra-se à disposição dos Srs. Deputados na mesa de apoio.

Antes de dar início às exposições, agradeço a presença do ex-Prefeito e grande gestor na área de educação Prof. Ruy Muniz; da Sra. Vanusa; do Consultor Ricardo; dos demais convidados; e de todos do PSD, meu partido, que estão cobrindo esta reunião, transmitida ao vivo pela *TV Câmara*. Tudo o que for dito aqui ficará acessível a todos.

Dou início aos painéis.

Concedo a palavra à Sra. Ana Angélica Gonçalves Paiva, Professora, Especialista e Mestre em Educação.

A SRA. ANA ANGÉLICA GONÇALVES PAIVA - Bom dia a todos.

Inicialmente, agradeço à Deputada Raquel Muniz pelo convite.

Cumprimento meus colegas de Mesa e os gestores dos Municípios.

Eu gostaria de ressaltar que minha posição aqui é na condição de educadora. Minha vida inteira foi dedicada à educação — é minha profissão. Cheguei a Brasília em 1967. Fiz concurso público para professora, fui diretora de escola, aposentei-me aqui, mas nunca abandonei a área, a lida na educação, e continuo na ativa. Na época em que atuava na educação pública de Brasília, qualifiquei-me e comecei a atuar na educação superior, na qual me encontro até agora.

Quando eu recebi o convite para participar desta audiência, pensei o seguinte: vamos tratar de uma questão que está pacificada. Não há como se



Número: 0363/17

27/04/2017

questionar a necessidade de tornar esse Fundo perene. Acredito ser uma matéria que não se pode contestar. Então, cumprimento esta Comissão pela iniciativa, porque acredito haver tempo hábil para se evitarem transtornos, visto que, em 2020, está previsto o término do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB.

Não tenho pretensão de discutir questões técnicas, mesmo porque a minha área é de gestão educacional. Eu tenho a oportunidade de atuar na área de formação de professores. Conheço a realidade de alguns Estados do País. Tive a oportunidade de participar de projetos na área de educação de adultos. Então, peço licença para fazer comentários e dizer qual o nosso pensamento, na condição de educadora e na área de gestão de formação de educadores, em relação a esse tema.

Preparei um roteiro que vai só orientar a minha fala, para eu não me perder. Talvez nem use todo o tempo, porque acredito que os dois Secretários Municipais de Educação terão muito mais informações e questões interessantes a serem tratadas.

(Segue-se exibição de imagens.)

O que estou destacando para reflexão? Essa figura pretende dizer o seguinte: esse Fundo envolve três esferas, que estão interligadas. Trata-se de uma parceria que tem que dar certo, porque assegura a efetividade do que está previsto na Constituição, que é a educação a todos os brasileiros.

Essa dimensão solidária entre Município, Estado e a esfera federal tem que funcionar — ela já vem funcionando há algum tempo. É possível que tenhamos alguns problemas, e isso não isenta os gestores dos desafios para resolverem esses problemas. Então, não há como se contestar a importância, a legitimidade desse Fundo.

Estou trazendo estatísticas, porque nós estamos falando de educação básica, e a unidade de medida para destinar os recursos, parece-me, são as matrículas. Quem é da área de educação conhece bem como essas estatísticas mostram o cenário da educação brasileira.



Há perdas incríveis de alunos. Esses dados bem recentes foram extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — INEP, no Censo Escolar de 2016. Procurei pegar três índices.

Um deles são as matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental, que, em 2016, foram 15 milhões e 300 mil matrículas. Não preciso explicar que os anos iniciais começam com o 1º ano e vão até o 5º ano; e os anos finais vão até o 9º ano do ensino fundamental e mais o ensino médio.

Vejam que já houve uma perda no início dos anos finais: apenas 12 milhões e 200 mil matrículas nos anos finais. Nesse mesmo ano, o ingresso no ensino médio foi de 8 milhões e 100 mil matrículas.

O que significa essa perda? Há uma série de fatores. Com certeza, a questão que está na base, que dá sustentação ao funcionamento das escolas públicas — nós estamos falando de escolas públicas, principalmente — são esses dados vistos da mesma forma.

Essa figura é antiga. Quem é da área da educação sabe que, na década de 70, havia autores bem críticos. Eu gosto desse funil, porque é mais ou menos isso o que acontece no fluxo dos nossos alunos. Há uma estatística que pode estar um pouquinho defasada. Lembro-me daquelas estatísticas, por ocasião das pesquisas eleitorais, que dizem dois pontos a mais e dois pontos a menos. É possível que ela não seja exata como eu vou lhes dizer, mas a diferença é mínima. É mais ou menos assim: de cada 1.000 crianças que ingressam no ensino fundamental, apenas 7 conseguem chegar ao ensino superior.

Essa é uma realidade que está aí exposta, para a analisarmos sob vários ângulos.

Por que nem todos os alunos que terminam o ensino fundamental acessam o ensino médio, que é a educação básica? Qual é o impacto dessa perda? Muitos entram, e poucos conseguem se manter no sistema.

Outra questão que quero trazer para a reflexão dos senhores é a da formação de professores. Há cenários que se relacionam ao tema que estamos tratando aqui.

Parece um paradoxo. Expande-se a oferta de educação, principalmente nos anos iniciais, e, nos cursos que formam professores — desde 2006, para o Brasil inteiro, só se forma professor por meio de licenciatura plena no curso de Pedagogia



Número: 0363/17

27/04/2017

—, o que estamos vendo é um declínio, não só do curso de Pedagogia, como das demais licenciaturas. Por que isso está acontecendo?

Isso é motivo de debate, de reflexão nos espaços, como em congressos e em seminários, onde se discute o que está acontecendo com os educadores, porque muitos ingressam e não continuam.

Além de ter havido uma baixa procura, se pegarmos como exemplo o Distrito Federal — e isso deve estar se espalhando pelo Brasil inteiro —, veremos que várias faculdades estão deixando de ofertar turmas de licenciaturas. Instituições que ofertavam nos três turnos pararam de ofertar, deixam de formar turma, porque não há demanda. Não é a qualidade do curso que se questiona: poucos jovens estão escolhendo ser professores. Muitos que completam o curso também não têm a meta de ser professor, de ir para a sala de aula. Nós tivemos casos de alunos que passam no concurso e, quando vão para as escolas, não conseguem se identificar com a realidade com a qual convivem. Sabemos que há crise na formação.

Trabalhamos muito essa questão de preparar o aluno para a realidade, mas esse é um aspecto que podemos configurar como declínio, desde a quantidade de matrículas e concluintes até as altas taxas de evasão.

Outra questão que extraímos de opiniões, de pesquisas, é que parte da juventude não tem interesse na docência e tem até uma visão de que a qualidade do trabalho do docente é pior do que a de outros serviços. A questão é a valorização do magistério.

Percebe-se que essa questão da valorização passa tanta pela autoimagem de quem é professor como pela percepção da sociedade. Essa é uma questão muito subjetiva, mas se trata de uma profissão que está em declínio.

Para se ter ideia, no ensino superior, no grau acadêmico, quase 69% das vagas são ocupadas e ofertadas em forma de bacharelados. As licenciaturas ocupam apenas 18,3%. O Brasil precisa de professores bem formados, mas a formação de professores está encolhendo no âmbito de licenciatura. Essa é a realidade.

Os tecnólogos são aquela fatia verde. Atualmente estão passando por um processo de declínio. Houve uma época em que ocorreu uma expansão muito



Número: 0363/17

27/04/2017

grande; e agora também sentimos que há baixa demanda, mas essa é questão para discussão em outro espaço.

Como é o nosso aluno, esse que vai atuar na educação básica? Eu posso dizer, sem sombra de dúvida, que tanto as universidades públicas quanto as particulares, via de regra, assistem a uma mudança do perfil do aluno que escolhe o magistério.

Se formos andar muito para trás na história da educação brasileira — eu vou buscar o meu tempo, quando comecei —, ser professor era motivo de orgulho. As famílias gostavam que as suas filhas fossem professoras. Também havia uma visão distorcida, mas muito adequada à época, de que era uma profissão de mulher; outras profissões não se aplicavam às mulheres. Existia toda uma valorização, uma expectativa da sociedade. Ser professor nos dava dignidade, nos fazia sentir importantes.

O que percebemos agora é que quem procura mais o curso de licenciatura — eu não gosto muito dessa classificação econômica — são a classe C, D e E. Essa é a realidade. De modo geral, esses cursos são noturnos e frequentados por pessoas que são trabalhadoras, estão no mercado de trabalho, muitas vezes, como empregadas domésticas, funcionárias de empresas, em várias outras posições, e têm o sonho de ter um curso superior que parece ser mais fácil, lhes deem a condição de fazer um concurso público e ter um emprego estável. Esse é o perfil do nosso aluno da licenciatura. Isso vale muito para Pedagogia, mas vale para as outras licenciaturas também, com poucas diferenças.

O que é comum — isso vai valer para todos os alunos da educação básica que chegam à educação superior —, e quem é gestor nesse nível da educação superior percebe, principalmente das instituições privadas, que hoje têm responsabilidade por cerca de 80% das faculdades, é que chegam alunos com muita defasagem. Se formos fazer um filtro muito exigente, não teremos alunos.

Esses alunos vêm com o pré-requisito de ter concluído a educação básica, ou seja, o pré-requisito para fazer o ensino superior é ter concluído o ensino médio. Isso eles comprovam que concluíram. No entanto, chegam defasados, deficientes de várias competências básicas, principalmente em termos da linguagem e em termos do raciocínio lógico.



Número: 0363/17

27/04/2017

Se quisermos transformar esse aluno em um profissional qualificado de nível superior, a instituição tem que acolher, trabalhar e procurar nivelar — segundo o MEC, eu não gosto dessa expressão — esse aluno. Dificilmente conseguiremos nivelar, mas pelo menos vamos trabalhar aquelas habilidades básicas que são requeridas para que ele possa percorrer, seguir a sua atividade acadêmica com menos dificuldade.

Esse é o perfil do aluno das licenciaturas, que tem que ser trabalhado, tem que ser recuperado. E é um aluno que veio da educação básica. Aí trago a seguinte reflexão: como esse aluno é trabalhado? Como os professores atuam? Quem são os professores da educação básica?

Complementando aquela ideia, eu estou destacando que a falta de interesse pelos cursos de licenciatura é um problema que passa pela desvalorização da profissão de professor. Isso não é novidade. Nós ouvimos plenamente, em todos os congressos, a posição dos professores, que se organizam, que defendem a bandeira da sua atuação, de que eles se sentem desvalorizados, seja pela questão salarial, seja pela questão do reconhecimento da própria comunidade. O papel do professor está muito comprometido pelas famílias, porque a tendência das famílias é entregar os filhos e achar que a escola pode resolver todos os problemas e educá-los. Essa também é uma questão em que há espaço para muita reflexão.

Nesse contexto, o que nós percebemos? O fato é que há pesquisas que indicam que essa falta de interesse passa pela questão dos baixos salários. Isso não se aplica em algumas Unidades da Federação, que já conseguiram recuperá-los bastante. Eu não trouxe dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação — CNTE porque não queria trazer *slides* divulgando órgãos, mas, de modo geral, ainda existem muitos Estados e muitos Municípios que não cumprem o compromisso constitucional de assegurar o piso salarial aos seus professores. Isso não é prerrogativa de poucos, não. São vários Estados, vários Municípios que não conseguem cumpri-lo.

Quais são os aspectos críticos à valorização? Este é o resultado de uma pesquisa acadêmica, à qual tenho acesso, feita por alunos nossos. O primeiro é a baixa atratividade ou o baixo prestígio da carreira de professor. Até na própria



Número: 0363/17

27/04/2017

instituição, na universidade, os professores, comparando-se a outros acadêmicos, sentem-se menores. Isso é algo sério, é uma questão de baixa autoestima.

Outro aspecto é a ausência de planos de carreira que lhes deem a segurança e a tranquilidade de que seus direitos serão atendidos e continuados. A remuneração é inadequada, falta definição de rotas claras na progressão funcional, falta política de incentivos. O ambiente escolar não motivador é outra história, porque é o ambiente de trabalho.

Dizemos que uma das expectativas é que, por meio do FUNDEB, consigamos assegurar a permanência do aluno em tempo integral, mas, às vezes, a própria escola não dá condição para que esse aluno e esse professor permaneçam em tempo integral de forma adequada, de forma eficiente, prazerosa mesmo. Então, o aluno termina não gostando da escola e prefere, muitas vezes, evadir. Ele começa e, depois, desaparece da escola. Daqui a pouco, fica na rua, fica na porta da escola.

Essa é uma realidade com a qual convivemos e, com toda certeza, senhores, é muito séria. O ambiente da escola não é motivador. Às vezes, ainda é aquela sala tradicional, não climatizada e com cadeiras desconfortáveis. Sem falar no ambiente ao redor da escola, no entorno dela. A escola está situada num cenário social que recebe a influência desse meio. A violência não fica mais fora da escola, fica dentro da escola. Então, tudo isso agrega essa insatisfação.

Em relação à questão de condições de segurança e saúde no trabalho, digo que, recentemente, participei de um seminário aqui no Distrito Federal, a convite da Secretaria de Educação, para discutir o alto índice de adoecimento dos professores da educação básica, onde se dizia: *“Mas não é possível! Como adoecem tanto?”*

Adoecem, sim, e também há o absenteísmo. Há faltas — muitas faltas —, o que gera medidas como procurar professor substituto, fazer contrato temporário. Então, vira um círculo vicioso, que não é bom para o professor, não é bom para o aluno, nem para a instituição, que não cumpre com seu papel.

Outro aspecto crítico à valorização docente é a percepção, pelo professor, de seu espaço de autonomia e de seu papel como força humana social e política. Essa é uma briga interessante, e os sindicatos estão aí, tentando assegurar a participação política dos professores. Às vezes desviam um pouquinho para outro viés. Às vezes percebemos que a questão da educação fica andando paralela. A qualidade ainda



não está muito concentrada no discurso do professor. Mas uma série de outros fatores vai resvalar sobre a qualidade e a efetividade do ensino.

Só vou destacar, Deputada Raquel, o primeiro artigo da emenda. Eu tomei a liberdade de grifar o parágrafo único, que foi inserido:

Art. 193

Parágrafo único. O Estado exercerá, na forma da lei, o planejamento das políticas sociais, assegurada a participação da sociedade em sua formulação, acompanhamento contínuo, monitoramento e avaliação periódica.

A legislação atual prevê conselhos municipais e há regulamentações. Isso não é novidade. Nós percebemos que o dinheiro público existe, mas há um caminho tortuoso até ele chegar ao Município Perdoem-me: estou falando na condição de observadora, de educadora, que lida com essa questão por meio de pessoas.

Eu tive a oportunidade de visitar Municípios no Estado de Sergipe. Adotamos dois Municípios por alguns anos, para trabalhar a educação de jovens e adultos, e deu para perceber o descaso com a educação nessas cidades. O Secretário de Educação e o Prefeito não moravam no Município na época. Agora não sei como está. Se a pessoa não vive a realidade local, se ela não se compromete, fica difícil. São situações incríveis. Tivemos, por exemplo, que usar a igreja e transformá-la em sala de aula. Portanto, existe recurso.

O que considero forte nessa emenda, Deputada Raquel, é assegurar a participação da sociedade. Temos que encontrar mecanismos, desde a formulação das políticas, das diretrizes, das regulamentações, que sei que virão em seguida, até o acompanhamento contínuo.

Sei que o Tribunal de Contas da União é o órgão fiscalizador, mas, quando descobre desvio e malversação na utilização desses recursos, os atores já não estão mais nos seus locais, já houve mudança de Prefeito, de Secretário, de professor. Acho que é tolice insistir naquilo que não podemos mudar, dizer que precisamos ter uma Justiça mais ágil, fiscalizadora e tal. Temos que pensar num mecanismo que aproxime essas três instâncias num tempo mais rápido, para que esse recurso, de fato, aconteça na medida da necessidade daquela localidade.



Número: 0363/17

27/04/2017

Eu, na condição de diretora, observei algumas realidades. O DF agora tem outra realidade, mas, à época, recebíamos bastantes recursos. Quantas vezes eu recebi laboratórios com equipamentos caros, mas não havia o professor qualificado para usar. É quase o que acontece na área de saúde, em que escutamos a notícia de que, às vezes, se investe na aquisição de equipamentos caros que ficam lacrados, sem poder ser utilizados, porque não há nem o técnico qualificado para fazer a instalação.

A divulgação da tecnologia, a facilidade da tecnologia da informação ajuda, sem sombra de dúvida — ninguém discute isso —, mas, às vezes, percebemos que instituições da educação inicial recebem laboratórios completos, e, daqui a pouco, esses computadores, esses equipamentos começam a ser desviados para outros setores, porque não há nenhum professor qualificado para fazer o trabalho adequado. Esse monitoramento, acompanhamento e avaliação periódica, para mim, é o ponto forte.

Mais à frente, a emenda trata das fontes de recursos. Achei interessante, porque cita a questão do pré-sal. Tenho uma sobrinha que é engenheira de petróleo da PETROBRAS. Ela estava muito orgulhosa, porque participou das primeiras perfurações. Isso trouxe para nós brasileiros, naquela época, a esperança de que teríamos saídas incríveis para o financiamento da educação.

E há uma palavrinha lá: “*Poderão*”. Eu sei que faz parte do contexto, porque temos que pensar em todas as possibilidades. Eu sugeriria que fosse “*deverão*”. Eu acho que temos que ser mais assertivos, quando falamos de educação. Nós precisamos ser mais assertivos mesmo! Os gestores da educação não podem ficar à mercê de mudanças, de desvios.

Essa é a minha posição, senhores, na condição de educadora, de formadora de professores. Precisamos fazer alguma coisa. Precisamos de professores, precisamos de recursos e precisamos que esta Casa agilize esse processo, de modo que, rapidamente, tramite. Eu não sei como é o fluxo, porque é de competência dos senhores, mas que não se crie nenhum impasse para que os Municípios, para que as escolas percam a possibilidade de adquirir esses recursos.

Agradeço a oportunidade de ter conversado sobre o que eu penso.

Obrigada. (*Palmas.*)



Número: 0363/17

27/04/2017

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradecemos à Profa. Ana Angélica. A explanação de S.Sa. foi muito importante.

Estamos discutindo nesta Comissão a valorização do magistério. Não estamos trabalhando só a questão de tornar o FUNDEB definitivo, mas também aprimorar o FUNDEB já existente.

Queremos também, professora, todo esse material. Gostaríamos que a senhora pudesse deixá-lo na Comissão, para que a Relatora, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, se debruçasse sobre essa temática abordada hoje.

Quando a senhora, encerrando, coloca a participação da sociedade no acompanhamento, monitoramento e avaliação, nas diferentes Comissões que eu participo aqui, especialmente na Comissão de Seguridade Social e Família e na de Educação, eu vejo muitos Parlamentares falarem da questão do subfinanciamento da saúde e dos poucos recursos para a educação. Eu digo que já há muitos falando sobre isso e prefiro trabalhar na questão da boa gestão, do recurso existente, porque o Brasil apresenta situações diversas. Em locais onde o recurso é pouco, onde as condições das escolas não são adequadas, temos, às vezes, índices de aproveitamento bem interessantes.

Com relação ao piso, temos trabalhado na Casa também, na Lei de Responsabilidade Educacional, que é muito importante. Eu acho que temos avanços importantes para mostrar à sociedade.

Agora, vamos convidar a Sra. Sueli Nobre, pedagoga, ex-Secretária Municipal de Educação de Montes Claros, que fez um excelente trabalho lá, durante a gestão do Prefeito Ruy Muniz, melhorando muito a educação não só de Montes Claros, mas de Minas Gerais. Foi um espelho para todo o norte de Minas e hoje traz essa experiência para o Brasil.

Concedo a palavra à Profa. Sueli Nobre.

A SRA. SUELI NOBRE - Bom dia.

Eu quero iniciar agradecendo à Deputada Raquel pelo convite. É muito gratificante estar aqui hoje nesta Casa falando de uma experiência muito satisfatória que nós tivemos em Montes Claros no quadriênio 2013/2016.



Número: 0363/17

27/04/2017

Montes Claros é uma cidade situada no norte de Minas que tem em torno de 450 mil habitantes. É uma cidade de porte médio, na qual existe uma desigualdade social e econômica marcante.

Existe uma camada que tem altos índices econômicos e mora bem e outra que mora em periferia, e a rede municipal de educação de Montes Claros está basicamente situada nessa periferia. Ou seja, nós temos em Montes Claros 35 mil alunos atendidos pela rede municipal que moram em periferia. São crianças muito necessitadas, que precisam da escola e a veem como um ambiente não só para estudar, mas também para que elas possam melhorar a qualidade de vida delas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui eu trago para os senhores o contexto do tamanho da rede e, de certa forma, alguns números que caracterizam a nossa rede municipal.

Nós temos em Montes Claros 43 unidades de educação infantil, 42 unidades de ensino fundamental e 9 escolas conveniadas. Ao todo, nós temos 94 escolas.

É bom lembrar que o ensino municipal em Montes Claros atende ao ensino fundamental até 14 anos, ou seja, nós trabalhamos com crianças até o nono ano. Nós não temos lá adolescentes no ensino médio.

Esse é o número de escolas em Montes Claros.

Temos lá quase 12 mil alunos na educação infantil, que são crianças — para os senhores entenderem melhor — que têm de zero a 5 anos. Então, nós atendemos a 11.737 de 1 ano e meio até 5 anos.

No ensino fundamental nós temos 18.676 crianças.

Nessas escolas conveniadas, que também atendem à educação infantil, nós temos 1.123 alunos.

Essas escolas conveniadas — para os senhores entenderem — são instituições sem fins lucrativos que fazem um convênio com o Município e recebe repasses del. O Município acaba entendendo que não dá conta de atender toda a demanda de educação infantil, aparece uma iniciativa da comunidade, da sociedade, e nós apoiamos esse pessoal com essa iniciativa, fazendo o repasse.

Esse repasse é calculado também contando com o recebimento do FUNDEB. Quais são os cálculos que são feitos? *Per capita*, o valor que fica por aluno. É feito um cálculo conforme o número de alunos matriculados na escola.



Então, em Montes Claros, até 2016, nós atendemos a 31.550 crianças.

Aqui eu falo um pouco sobre o número de profissionais da educação com que trabalhamos durante esse período.

Nas escolas urbanas nós trabalhamos com 2.153 professores. Nas escolas rurais, com 394. Nos CEMEI's — chamamos a educação infantil de Centro Municipal de Educação Infantil — nós trabalhamos com 1.553 professores e, na zona rural, com 35 pessoas. Ao todo, portanto, havia 4.135 profissionais da educação.

Portanto, é uma grande rede. Costumamos dizer que é maior que muitos Municípios da nossa região. A Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros tem pessoas envolvidas na educação em número maior que os habitantes de muitos Municípios vizinhos.

Para fazer a gestão da educação, nós recebemos recursos do FUNDEB, que eu trouxe aqui em números mais redondos. Os senhores podem perceber que eles foram crescentes entre 2013 e 2016. Nós começamos, em 2013, com 65 milhões e chegamos, em 2016, a 102 milhões. Esses valores variaram porque, como todos nós sabemos, os recursos são distribuídos conforme a arrecadação do Município.

Com esse valor, nós pagamos aos profissionais não docentes 10 milhões, em 2013, e até 13 milhões, em 2016. E aos docentes, que é uma folha de pagamento maior, nós pagamos, inicialmente, 55 milhões e chegamos a 89 milhões, em 2016.

Então, houve um crescente aumento desses valores. Por quê? Porque nós fizemos a opção por um projeto — e realmente foi o caminho acertado — que beneficiasse a criança no sentido de dar a ela um bom atendimento e elevar a qualidade do ensino, buscando dar dignidade e um ensino de qualidade que toda criança merece, sendo ela de qualquer região do País.

Eu sou educadora por natureza, sou pedagoga, atuo nessa área há muitos anos e é isso que eu defendo. A meu ver, a qualidade tem que vir em primeiro lugar. É inadmissível trabalhar em uma escola em que a qualidade não é prioridade. Então, foi isso que fizemos. Nós buscamos, durante esses 4 anos, superar os problemas que conseguimos detectar nas unidades escolares por falta de qualidade e de compromisso que percebíamos em alguns gestores.

Esse projeto deu certo porque, ao nosso lado, sempre tivemos um educador como gestor, alguém que, quando assumiu a gestão do Município, tinha como meta



Número: 0363/17

27/04/2017

elevar — e elevar muito — a qualidade da educação em nossa cidade. Por isso aceitei estar junto dele, ao seu lado: porque é nisso que eu acredito. A educação tem que ter qualidade em qualquer nível, porque envolve pessoas. E, se envolve pessoas, nós temos esse compromisso com elas. Não podemos dar a elas nada que seja mais ou menos. Temos que procurar fazer o melhor que podemos. E foi isso que nós tentamos fazer em Montes Claros.

Para atingir esses objetivos, o que nós primeiro fizemos, em 1º de janeiro de 2013, foi implantar um calendário de 220 dias letivos. Montes Claros despontou não só em Minas Gerais, mas em todo o Brasil por ter trabalhado durante 4 anos com 20 dias letivos a mais para essas crianças.

Por que 20 dias a mais? Porque nós entendíamos que, quanto mais tempo essa criança estivesse na escola, mais livre ela estaria de drogas, de riscos sociais, da criminalidade, enfim, da violência. A escola é o lugar onde nós transformamos a vida das pessoas. Por isso, a importância de tê-las nesse espaço, e não fora da escola.

Nós implantamos também o Projeto Educação em Tempo Integral em todas as unidades do ensino fundamental. Quando assumimos a Secretaria, havia o Programa Novo Mais Educação — e ainda há hoje —, do Governo Federal. Mas logo no primeiro ano nós deixamos de receber os recursos desse programa. Na época, o Prefeito me chamou e disse: *“Vamos implantar em todas as escolas para todos os alunos”*.

Para que esse projeto acontecesse, nós adquirimos uma frota de 50 ônibus novos, a fim de que as crianças pudessem se deslocar para outro espaço, no contraturno, e ser atendidas em outras atividades que não fossem aquelas idênticas ao turno da manhã. Assim, elas teriam a oportunidade de ter outras experiências, como, por exemplo, na área do esporte, da cultura, da arte e ter também aulas de reforço, quando fosse necessário.

Contratamos, na época, uma consultoria pedagógica. Por que estou falando disso aqui? Porque, em Montes Claros, fizemos a opção de, com os recursos do FUNDEB, assumir a folha de pagamento e uma consultoria, porque a verba do fundo é carimbada, ou seja, só é possível gastá-la com determinados serviços. A opção foi



essa em função da característica do nosso projeto. Nós optamos por fazer o pagamento destas duas atividades: folha de pagamento e consultoria.

Qual foi o objetivo — e já mencionei aqui — de fazer o atendimento em tempo integral? Contribuir para que os alunos superassem as demandas pedagógicas que apresentavam e reduzir os riscos sociais a que essas crianças estavam sujeitas ficando fora da escola muito tempo, beneficiando, assim, a criança e a sociedade como um todo. Nesse período, foram atendidas em torno de 19 mil crianças.

Qual foi o resultado da implantação da escola em tempo integral?

Nós ampliamos o tempo da criança na escola, no mínimo, em 7 horas diárias.

Nós oferecemos aulas de reforço escolar para todas as crianças que, durante o tempo regular de aula, não conseguiam atingir o nível de aprendizado desejado. Elas tinham, no contraturno, professor de Português e de Matemática para trabalharem com esses alunos, porque percebemos essa deficiência.

Nós elevamos o IDEB das escolas, o eu que vou mostrar mais adiante.

E nós diminuímos a exposição desse jovem a essa condição de vulnerabilidade social.

Além disso, nós tivemos a oportunidade de conhecer talentos dentro da escola, através das oficinas artísticas e culturais. Em Montes Claros, crianças foram reveladas no judô, no contraturno das escolas, através das oficinas de judô, e participaram de grandes campeonatos pelo Brasil.

E também houve a geração de emprego e renda, porque nós ampliamos a quantidade de refeições oferecidas para essas crianças e contratamos muito mais professores. Daí a opção por deixar o FUNDEB só para a folha de pagamento, porque passamos a ter professor trabalhando 15 horas a mais. Isso resultou em um salário de quase 3 mil reais para o docente contratado em regime de 40 horas, com dedicação exclusiva, porque ele cumpria 25 horas num turno e mais 15 horas no contraturno.

Com a agricultura familiar em nossa região, nós ampliamos também as compras destinadas a merenda escolar. Como eu disse, Montes Claros é uma cidade híbrida. Hoje existe pouca agricultura, mas a Prefeitura assumiu o consumo da produção da agricultura familiar. Então, a nossa merenda era de altíssima qualidade. Houve uma época em que nós servíamos para as nossas crianças



morango orgânico produzido na região do Pentáurea, que é um local muito bacana, onde há grande produção de verduras e frutas sem agrotóxico.

Aqui, com a consultoria, nós também fizemos uma formação continuada de gestores durante 4 anos. Durante 4 anos, uma pessoa de alto nível, uma pessoa renomada, autor de livros por sinal, esteve ao nosso lado, assessorando-nos na busca da melhoria da qualidade do trabalho desses gestores.

O que nós conseguimos concretamente com essa consultoria? Cada escola construiu seu Projeto Político Escolar — no curso superior é PPC, nós da educação básica chamamos de PPE. Esse projeto não foi um trabalho burocrático, não foi um trabalho de construção teórica; pelo contrário, foi feito com as pessoas da escola. Assim, ele refletiu a realidade da escola, refletiu as necessidades da escola. As diretrizes foram traçadas nesse projeto para atenderem às deficiências e apresentarem à escola um planejamento real, um planejamento verdadeiro.

Nós também iniciamos a implantação, que está lá para ser continuada, do Plano de Carreira do Servidor, com participação coletiva da comunidade. Também fizemos o Planejamento Estratégico da Secretaria de Educação e implantamos e consolidamos a Avaliação de Desempenho do Servidor Municipal. Essa avaliação, além de melhorar a qualidade e de monitorar o trabalho professor, dos servidores como um todo, gerou também o pagamento por produtividade, o que nós chamamos de 14º salário. Além do 13º salário, nosso professor, nosso servidor, recebeu durante esses 4 anos o 14º salário, baseado na produtividade dele, e um 15º salário, porque ele trabalhou 20 dias a mais — os senhores me ouviram dizer no início que nosso calendário passou a ter 220 dias. Esse professor recebeu, por 20 dias a mais, o que nós chamamos de 15º salário.

Foi elaborada lá uma ferramenta para gerenciar o que nós chamamos de Índice de Governança da Educação Básica, fazendo uma relação entre o Governo Municipal e a Secretaria Municipal de Educação para verificar em que medida nós conseguimos resolver os problemas apresentados pela educação.

Ela também nos ajudou a fazer o Plano Decenal da Educação, que foi aprovado no ano passado e está tramitando; a orientação aos gestores para a construção do Compromisso de Gestão por cada gestor; e o acompanhamento das escolas com baixo IDEB.



Quando chegamos, nós conhecemos o IDEB de 2013. Então, nós já tínhamos lá informações sobre as deficiências apresentadas pelas escolas. Para que elevássemos elevar o IDEB para 2015, conseguimos fazer com que essa consultoria nos ajudasse muito.

Aqui estão os nossos avanços. Nós tivemos em 2011, nos anos iniciais, o IDEB de 5,1; em 2015, nós avançamos para 5,9. Nós conseguimos chegar a um crescente de modo tal que, se esse trabalho for continuado, com certeza, Montes Claros chegará muito em breve a um IDEB de 7 em diante, que é o que desejamos. Nos anos finais, cujo nível de educação é mais complexo, quando há o adolescente e, enfim, a trajetória do ensino muda um pouco, nós avançamos de 4,3 para 4,9, um avanço significativo.

Aqui, só para explicar melhor, mostro que deveríamos ter avançado nos anos finais era 0,3. Nós avançamos 0,5. Superamos a meta estipulada para os anos iniciais e alcançamos a meta dos anos finais. Em Montes Claros, das 31 escolas da rede municipal, 30 apresentaram evolução no IDEB. Houve escola com a nota de 6,9 no IDEB. Aqui é uma média, mas, por unidade, nós tivemos um avanço muito significativo.

Também na Provinha Brasil, 89% das escolas tiveram avanços, sendo que, no Programa de Avaliação da Alfabetização — PROALFA, esse número foi de 72%. Essas são avaliações externas que nos dão retorno do que fazemos, para que possamos monitorar e melhorar a qualidade do ensino.

Houve outros avanços. Como eu já disse, houve os 14º e 15º salários, e também fizemos extensão de jornada dos professores.

Outra coisa de que eu não poderia deixar de falar jamais e que, Sra. Deputada, nos deu muito orgulho de fazer em Montes Claros foi colocar, na educação infantil, aulas especializadas de educação física. Hoje nós trabalhamos a parte mais específica da educação das crianças de 0 a 5 anos, e também música, tornando a escola mais lúdica. Também damos aulas de inglês do 1º ao 5º ano, o que, na nossa região, só existe em escolas particulares, e nem em todas. Então, no ensino municipal, houve aulas de inglês do 1º ao 5º ano.

Enfim, a minha intenção aqui foi dizer aos senhores que ter os recursos do FUNDEB nos deu condição de garantir a folha de pagamento e usar outros recursos



Número: 0363/17

27/04/2017

para essas demais atividades. Eu tive os 25%, sendo que Montes Claros sempre aplicou muito além desse índice. Em nenhum ano a cidade ficou nos 25%; sempre aplicou mais.

Também com os outros recursos (*ininteligível*), eu consegui, com o Prefeito — a quem eu quero aproveitar para agradecer aqui, nesta oportunidade —, fazer acontecer uma educação desse nível.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Secretária Sueli.

Antes de dar continuidade aos trabalhos, eu queria, Deputada Raquel, fazer algumas observações.

Primeiro quero falar da importância desta audiência pública. Nós discutimos aqui com grandes especialistas, sempre com uma visão nacional. Aqui, hoje, nós trazemos uma visão muito importante, que é a visão lá do Município, lá do chão da sala de aula, que eu acho que tem que ser considerada sempre em primeiro lugar. Por quê? Porque esse sistema todo que estamos discutindo aqui, o financiamento educacional, só existe por um objetivo: gerar financiamento adequado e de qualidade para a nossa educação, para que o nosso aluno, em todo o Brasil, tenha acesso à educação de boa qualidade.

Queria também, Deputada Raquel, destacar a grande realização, o grande feito que V.Exa. teve em apresentar essa proposta de emenda à Constituição. V.Exa. vai fazer muitas coisas aqui na Câmara, muitas realizações, muitas conquistas — eu não tenho dúvida nenhuma disso, porque acompanho o seu trabalho no dia a dia —, mas eu não tenho dúvida de que dificilmente algo vai superar essa proposta, porque não existe nada mais importante do que garantir financiamento para a educação do Brasil. Então, V.Exa. vai ter muitas conquistas aqui, vai apresentar muitos projetos importantes, mas dificilmente algo vai superar isso, que garante o financiamento de forma permanente para a nossa educação.

Portanto, queria parabenizar V.Exa. por essa ação e por esta audiência pública.

Queria aproveitar para dizer que fiquei muito surpreso, de forma positiva, com a apresentação da ex-Secretária Sueli.



Número: 0363/17

27/04/2017

Eu também, Sueli, tive oportunidade de ser Secretário lá no meu Estado de Goiás, onde fizemos muito do que você discutiu e apresentou aqui. Mas eu fiquei muito impressionado com a sua preocupação com a gestão da Secretaria e da escola e também com o aumento significativo do número de dias letivos.

Eu sei que não é fácil — conversava aqui com a Deputada — aumentar o número de dias letivos. Eu acho que seria algo quase óbvio e todos teriam que apoiar. Mas sei que lá houve reações de pessoas contrárias a isso. *“Olha, mas nós estamos aumentando os dias de aula. Isso é bom! Isso é positivo!” “Não!”* Então, há uma série de pessoas que são contra.

Mesmo quando nós temos todas as boas intenções do mundo e fazemos o correto, na educação especial sempre existe um grande embate, sempre existe uma grande dificuldade. Isso é positivo, porque é democrático, mas nós nos perguntamos por que está acontecendo isso, embora seja bom e positivo.

Destaco aqui também a presença do Prefeito Ruy e o apoio que ele deu a todas as ações da Secretaria, Deputada Raquel. A Sra. Secretária poderia ter tido todas as boas intenções do mundo, mas, se não tivesse um prefeito que tivesse um cuidado e um olhar especial para a educação, nada iria sair do papel.

Então, aproveito este momento para parabenizar o Prefeito Ruy, para parabenizar a Secretária e para destacar o trabalho da Deputada Raquel.

Quero falar mais uma vez, Deputada Raquel, dizer que V.Exa. vai fazer muita coisa importante aqui. V.Exa. participa de todos os debates, de todas as Comissões de forma muito presente e como protagonista. Mas essa PEC que garante o FUNDEB vai ser um marco para o financiamento educacional no Brasil, um marco no seu mandato. Acho que essa vai ser uma marca que V.Exa. vai carregar com muito orgulho por toda a sua vida política.

Agora vamos dar continuidade aos trabalhos.

Quereria convidar o Sr. Jônatas Gonçalves Rêgo, Secretário Municipal de Educação de Mirabela, que vai ter a palavra por 20 minutos, para falar das nossas experiências lá no Município.

O SR. JÔNATAS GONÇALVES RÊGO - Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Deputada Federal Raquel Muniz, que estimo muito, cumprimentar os demais presentes e dizer que, para mim, é uma honra fazer parte desta audiência e



Número: 0363/17

27/04/2017

poder trazer o outro lado da realidade: a realidade dos Municípios pequenos da Federação, que são a grande maioria.

Eu pedi para falar depois da ex-Secretária Sueli porque queria fazer um paralelo entre o investimento do FUNDEB numa cidade de médio ou grande porte e o investimento do FUNDEB numa cidade de pequeno porte como Mirabela, que fica a 60 quilômetros de Montes Claros.

Quero dizer que eu tive o prazer e o privilégio de trabalhar na gestão da Sueli, na gestão do Ruy, como Vice-Diretor de uma escola municipal, uma escola carente. E tudo o que vi e presenciei ali — tudo o que a Sueli falou eu vivenciei ali — me trouxe oportunidade e vontade, e coube ao destino me colocar como Secretário de Educação na gestão seguinte, do que hoje me sinto honrado.

Trago aqui um abraço do nosso Prefeito Luciano Rabelo para todos os presentes e inclusive para a Deputada Raquel.

Eu gostaria de dizer que, pelo o fato de eu ter trabalhado em Montes Claros, quis levar para o meu Município as experiências exitosas daquela cidade. Mas, chegando ao meu Município e conhecendo a realidade local, pude ver que os meus desafios eram muito maiores do que eu imaginava.

Eu gostaria de apresentar a todos os senhores a realidade do nosso Município e, logo em seguida, trazer alguns números que o Prof. José Marcelino de Rezende, da Universidade de São Paulo — USP, levou para o 25º Fórum Estadual da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação — UNDIME/MG, que tratou exatamente sobre a sustentabilidade da educação e esse regime de cooperação entre Município, Estado e União. *(Pausa.)*

(Segue-se exibição de imagens.)

Todos nós sabemos que o art. 211 da Constituição Federal fala do regime de colaboração entre União, Estados e Municípios. Ele diz que a União organizará o sistema federal de ensino; que cabe aos Municípios cuidar prioritariamente do ensino fundamental e da educação infantil; e que, nessa organização dos sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão as formas de colaboração.

Aqui está um pouco da caracterização do meu Município. Mirabela tem 13.658 habitantes, população estimada em 2013. Está situada no norte de Minas.



Possui uma rede de ensino no perímetro urbano com duas escolas municipais de anos iniciais; duas escolas estaduais de ensino fundamental e médio; um Centro Municipal de Educação Infantil — CEMEI. Na área rural, ela possui quatro escolas municipais de anos iniciais do ensino fundamental; uma escola estadual de ensino fundamental e médio; e dois CEMEIs. A rede municipal tem hoje um total de 1.255 alunos e conta com 261 servidores, entre efetivos e contratados.

Esta é a realidade de um Município pequeno. Temos um número considerável de servidores e professores para cuidar de 1.255 alunos.

Fazendo um paralelo com o Município de Montes Claros, que é um pouco maior, eu gostaria de passar a arrecadação do FUNDEB, comparando 2016 a 2017. Não vou fazer um retrospecto da gestão passada, porque não estava lá. Quero só traçar um paralelo.

Os senhores podem ver que, em janeiro de 2016, o nosso Município recebeu do FUNDEB R\$ 389.860,00. Se os senhores observarem, perceberão que em janeiro, fevereiro e março houve um decréscimo. Então, o recurso do FUNDEB para os Municípios pequenos, em outras palavras, ele é importantíssimo, mas não é suficiente para cobrir a folha. Nós temos que fazer uma complementação com recursos próprios. Também comparando com janeiro deste ano, os senhores podem ver que há um decréscimo do que nós recebemos.

Em outras palavras, eu queria dizer que, para um Município menor — porque eu penso que o meu não é diferente dos demais —, os recursos do FUNDEB não pagam a folha, e, não pagando a folha, fazem com eu tenha que entrar com recursos próprios. Acontecendo isso, eu não vou ter capacidade de investimento. Com isso, eu vou ter que fazer um choque de gestão, vou ter que diminuir a minha folha. Eu não posso dar um aumento, não posso pagar o piso nacional para os meus servidores, não posso cumprir a meta do Plano Nacional de Educação, porque não vou dar conta.

O recurso do FUNDEB é importantíssimo e, como a professora disse, não tem como deixar de torná-lo perene, permanente. Isso aí está fora de cogitação, porque, se o recurso que nós temos hoje não está sendo suficiente, imaginem se ele for tirado. Vai virar um caos a nossa educação.



Número: 0363/17

27/04/2017

Eu vi a Sueli falando de 120 milhões de reais. Nós trabalhamos, em média, com 3 milhões e 700 mil reais para darmos conta da nossa educação em Mirabela.

Vejam o que eu trouxe aqui: com a recessão econômica, a tendência da receita do FUNDEB é cair. Nós estamos atravessando um problema no País, e, não havendo arrecadação, isso influencia diretamente na nossa receita. Vemos, por exemplo, que foram investidos, no ano de 2015 — a evolução do FUNDEB é em bilhões de reais —, 154 bilhões de reais e, em 2016, 147 bilhões de reais.

Então, não tem como nós falarmos de FUNDEB se não considerarmos a recessão econômica.

Eu trouxe estes dados para mostrar o papel da União. De um total de 100% da receita líquida tributária, 56% ficam com a União, 26% com o Estado e 18% com os Municípios. E quem mais arrecada, pelo que nós podemos ver, é o que menos investe. Então, se quisermos uma educação de qualidade, nós temos que repensar os valores que são investidos na educação.

Quanto aos valores que os Estados transferem de recursos próprios para os Municípios, no ano de 2016 a transferência foi de 22 bilhões de reais. Se nós observarmos no gráfico o nosso Estado de Minas Gerais, veremos que foram transferidos para os Municípios do Estado 956 milhões de reais. E com o fim do Fundo?

Eu quero dizer que o FUNDEB não é todo o recurso, pois há a receita própria dos Municípios. Eu trouxe esse paralelo para mostrar que o FUNDEB hoje, associado à receita própria dos Municípios, vai causar um impacto significativo nas capitais. Nas cidades pequenas, como Mirabela, de 13 mil habitantes, que não tem indústrias e tem apenas empresas de pequeno porte, há esse diferencial. Eu quero mostrar nesse gráfico que em 2012 se pagavam de FUNDEB por aluno em Minas Gerais 2.349 reais/ano, que, com os 25% da receita própria, chegaram a 2.879 reais. Mas, enquanto os Municípios de Minas Gerais de pequeno porte recebiam em média por aluno 2.879 reais, a Capital recebia por aluno 5.509 reais. Então, essa diferença aí — são os mesmos alunos — impacta.

Sueli fez em Montes Claros uma gestão eficiente, de qualidade — eu gostaria de traçar esse paralelo —, mas, comparado Montes Claros com o meu Município, a capacidade de investimento é totalmente diferente, porque, se é traduzido em



número de alunos matriculados e receita, isso fica desproporcional. Eu não sei se estou conseguindo passar isso para que os senhores entendam essa desproporcionalidade.

Isso explica a baixa adesão ao PROINFÂNCIA. Agora mesmo nós conseguimos o PROINFÂNCIA para o meu Município. Eu já estou preocupado, porque isso vai impactar a folha. Eu vou ter que contratar mais servidores, vai aumentar a demanda. Como é que eu vou conseguir bancar a folha e fazer um plano de carreira para os meus servidores com o que entra hoje do FUNDEB para o meu Município?

Só a título de curiosidade, trago nesse eslaide fatores de ponderação do FUNDEB para este ano. A creche pública em tempo integral era R\$ 1,00; hoje, paga-se R\$ 1,30. A creche em tempo parcial é 1 real.

A Deputada Raquel me perguntou se eu iria falar sobre a EJA. Eu tenho apenas números, Deputada Raquel. A estimativa do FUNDEB em 2015, por exemplo, da EJA era R\$ 2.061,09 centavos/ano por aluno. Quanto à creche em tempo integral era R\$ 3.349,27 centavos. No CAQi — Custo-Aluno Qualidade Inicial da campanha de 2015, vou pegar ali o exemplo da creche em tempo integral. A estimativa do FUNDEB foi de R\$3.349,27 por aluno. E a estimativa que deveria estar sendo cumprida desde junho de 2016, do CAQi, deveria ser de R\$10.142,68 por aluno! Então seriam R\$3,03 por aluno em tempo integral na creche; hoje paga-se R\$1,30.

Temos como chegar aí? Não sei. O Brasil está em recessão, mas essa é a nossa realidade. Se quisermos dar qualidade de ensino aos alunos dos anos iniciais, é preciso investir, em média, R\$3,03/dia. Para se ter ideia, uma banana da agricultura familiar custa R\$0,27, e nós recebemos R\$1,30 por aluno. Essa é a nossa realidade.

Eu trouxe um quadro comparativo.

Temos aqui alunos do ensino médio, o que é investido aluno/mês do FUNDEB. São R\$190,00/mês.

Aqui há uma comparação com os resultados do ENEM da rede privada: enquanto um pai paga entre R\$845,00 e R\$1.800,00 para que o aluno atinja a nota média acima de 700, até 737 — e os resultados mostram que o investimento é alto



Número: 0363/17

27/04/2017

—, o investimento, em 2011, num aluno de escola pública é de R\$190,00. Esses dados são de 2011. Isso quer dizer que, voltando à primeira fala da professora, se não há investimento na qualidade e na formação e valorização dos nossos professores, se não há investimento no nosso alunado, não há como esperarmos resultados exitosos. Então, como se diz, temos que tirar leite de pedra, temos que fazer milagre.

Vou concluir dizendo que o valor/aluno do FUNDEB está longe dos valores das mensalidades das escolas privadas de classe média ou do que gastam os países desenvolvidos.

Hoje, o complemento da União sequer viabiliza o CAQi, que já deveria estar em vigor desde junho de 2016. E não há como atrair e manter bons profissionais na educação não pagando o piso. Se eu quiser pagar o piso... Sei que este é um regime de contribuição, sei que o Município tem que arrecadar, mas não há como oferecermos um salário melhor com a arrecadação que é feita. Estou defendendo a causa dos Municípios pequenos, os de pequeno porte. Volto a dizer: capital e interior têm essa distorção!

O FUNDEB teve papel importante na redução da desigualdade dentro dos Estados — e reconhecemos isso —, com exceção da capital *versus* interior, graças à complementação da União. Isso é importante; tem que se tornar permanente mesmo. Mas tem que ser aperfeiçoado. E se tem que rever esses investimentos e essa desproporção entre Municípios menores e Municípios maiores. O Fundo não estimula a expansão das redes e o cumprimento do PNE. Ele desestimula as etapas de maior custo: creche, educação especial e educação no campo.

Há o programa Novo Mais Educação, mas, pasmem, 2.500 Municípios no País não aderiram ao programa!

Esse cadastro foi feito em final de gestão, no final do ano passado. Alguns Secretários não fizeram adesão para boicotar o grupo que iria entrar, outros não o fizeram por opção. Por que não fizeram por opção? Porque o Governo Federal inicia o Mais Educação, mas depois o Município tem que dar continuidade. Com a receita que os Municípios hoje têm, os recursos não são suficientes para arcarem com o Mais Educação. Há a contrapartida inicial do Governo Federal, mas os Municípios



Número: 0363/17

27/04/2017

de pequeno porte não têm como bancar a continuação. Por isso esse número considerável de 2.500 Municípios que não quiseram o Novo Mais Educação.

Por isso eu digo que desestimula as etapas de maior custo.

A ideia é chegar a 2024 com 50% das crianças de 0 a 3 anos na educação infantil, na creche. Mas como nós vamos ampliar, como nós vamos construir mais creches se não temos como investir no nosso servidor, não temos como contratar mais pessoas?

Quero deixar uma síntese propositiva.

Deputada, tornar permanente o financiamento é imprescindível, mas uma sugestão é rever o valor que a União investe na educação. Para se ter ideia, 1,1% do PIB seria o ideal para oferecer uma educação de qualidade. Hoje o Governo Federal investe 0,21% do PIB. Essa desproporção tem que ser mediada.

Outra proposta é criar um mecanismo permanente de financiamento, como está sendo proposto aqui; aumentar o papel da União no valor da educação básica; respeitar o custo real das etapas/modalidades de ensino; e repensar o valor do repasse por aluno/FUNDEB dos Municípios de interior *versus* de capital. No interior tudo é mais difícil, tudo é mais longe.

Deixo esta frase da Declaração de Jomtien: *“Se quisermos ter educação de qualidade para todos, teremos de ter todos pela qualidade da educação”*.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Parabenizamos o Prof. Jônatas pela exposição.

Jônatas, nós ficamos muito feliz com a gestão do Prefeito Ruy junto com a Secretária Sueli e toda a equipe. Houve uma equipe toda, da qual você participava. Você saiu da equipe e continuou o trabalho no seu Município. Quero parabenizá-lo pelo enfrentamento de todas as dificuldades. Sabemos que Mirabela já aponta resultados importantes de melhoria da educação.

Cumprimento também a Profa. Haydée, que está participando conosco desta audiência pública.

A Deputada Professora Dorinha, que é nossa Relatora, não pôde estar aqui hoje porque teve uma audiência no Município dela. Ela foi Secretária de Educação também, no Município dela em Tocantins. Ela se debruça muito sobre a questão do



Número: 0363/17

27/04/2017

CAQ, do CAQi, do custo aluno-qualidade. A Comissão tem trabalhado nesse aspecto e, com certeza, vamos aprimorar bastante o FUNDEB, e a participação de todos os senhores aqui nesta manhã — Profa. Ana Angélica, Profa. Sueli, Jônatas — foi muito importante.

Como foi dito pela Profa. Sueli, isso tudo não poderia ter sido realizado em Montes Claros se não tivéssemos tido o apoio do gestor que enfrentou até a própria Secretária, que em determinado momento pediu a nossa ajuda. Eu era Secretária de Governo. Ela disse que estava tudo bem na área de educação, mas que tirássemos 20 dias letivos dos 220 dias. Mas ele insistiu nisso, porque acreditava que as crianças, até as que estavam no abrigo, tinham com única motivação sair da creche para ir à escola e que poderiam ficar lá em tempo integral. Por essas crianças, que eram as mais frágeis, ele sempre disse que valia a pena. Não podemos deixar de ouvi-lo. Ele fez questão de estar aqui com toda a equipe.

Com a palavra o Prof. Ruy Muniz.

O SR. RUY MUNIZ - Muito bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Deputada Raquel Muniz, a Profa. Ana Angélica, a Profa. Sueli e o Prof. Jônatas. Parabenizo o Deputado Thiago Peixoto, que já saiu, pelas belíssimas palavras.

Meus amigos, educação é tudo. Se realmente quisermos fazer um País desenvolvido, que prospere, precisamos fazer investimento na educação.

Tive a oportunidade de ser gestor em um Município grande, em Minas Gerais, Montes Claros, e pudemos provar para as pessoas que, com os recursos disponíveis, é possível fazer a diferença.

Discordo um pouco do jovem Jônatas, quando ele disse que os recursos para a educação são insuficientes. Vou fazer aqui um cálculo simples, Jônatas. Se você pegar o valor do FUNDEB para o pequeno Município de Mirabela e dividi-lo por 12, você vai encontrar um valor mensal, por aluno, em torno de 240 reais. Realmente, se eu comparar 240 reais com a mensalidade de mil reais, é pouco. Mas 240 reais, se forem 25 alunos numa sala, se você multiplicar 240 vezes 25, vai encontrar a quantia de 6 mil reais.

O professor representa no custo da educação, se ela for bem gerida, 50%. Daria para você pagar 3 mil reais ao professor e com os outros 3 mil reais custear as despesas.



Então, pense. As redes das cidades pequenas são muito pequenas. São poucos alunos, porque a presença principal na educação de Mirabela, como nos demais Municípios pequenos do Brasil, é da rede estadual. Quem fica com o bolo da arrecadação são os Estados. O Governo Federal passa os recursos do FUNDEB para o Estado. Se ele tem mais alunos, ele recebe esse componente.

Se você tiver 100 alunos na educação infantil, você vai receber 100 vezes 240, ou seja, 24 mil reais mensais. Mas se você tiver 200, vai receber o dobro; se tiver 300, mais ainda.

Quando assumi a gestão do Município, junto com a Profa. Sueli, havia apenas 25 mil alunos na rede. Nós trabalhamos, ampliamos essa rede. Você viu que nossos recursos para a educação foram só aumentando, chegamos a 89 milhões só do FUNDEB. Se pegarmos o dinheiro que investimos do Tesouro municipal, chegamos próximos a 120 milhões de reais de investimentos na educação em Montes Claros.

Vou me reportar a uma observação do Banco Mundial. Está acontecendo um encontro de Prefeitos no Mané Garrincha, e o palestrante do Banco Mundial responsável por financiar a educação e a saúde, antes de começar a sua palestra, perguntou aos Prefeitos presentes, com os recursos que eles tinham, quem acreditava que seria possível oferecer uma boa educação. Alguns poucos levantaram a mão, e eu também. Aí ele perguntou quem acreditava que precisava de mais dinheiro. A grande maioria levantou a mão.

O que é o problema da gestão da educação pública no Brasil como um todo? É o inchaço da atividade-meio. Lá em Montes Claros, nós tínhamos uma Secretaria Municipal de Educação lotada de servidores que ocupava dois prédios grandes e uma casa. Quando assumimos, eu determinei que todos os educadores deveriam estar na escola e com isso reduzi enormemente a quantidade de pessoas na atividade-meio. A escola é o fundamento. Quem é educador tem que estar na escola, o grosso das pessoas. A atividade-meio tem que ser enxuta.

Consultores educacionais, analistas educacionais planejavam currículos, ficavam lá fazendo projetos que nunca saíam do papel. Havia um professor de matemática que coordenava um projeto há anos e, quando se pedia a ele o relatório, não havia nada efetivamente. Não precisamos inventar a roda. Precisamos apoiar o aluno, o professor que trabalha e valorizá-lo.



Número: 0363/17

27/04/2017

Com relação a um item bastante destacado, os 220 dias, foi polêmico no início, mas estabelecemos que desses 20 dias a mais 10 fossem sábados letivos. E vou dizer aos senhores algo que poucos sabem. A classe trabalhadora, a classe mais humilde, mais pobre, não gosta da educação, acha que é perda de tempo. O povo humilde, pobre mesmo! *“Para que estudar?”* Ele não gosta da educação e quer tirar rapidamente as crianças da escola. Um dos motivos para a grande evasão de crianças de 10, 12, 14 anos da escola, Profa. Ana Angélica, é o trabalho infanto-juvenil.

Na zona rural de Montes Claros, eu implantei a educação integral em 100% das escolas e quase fui crucificado por isso, porque os pais queriam que as crianças ajudassem a tirar leite, a preparar as verduras e nos trabalhos domésticos. Eram crianças pequenas. Eles não gostavam que a criança saísse de casa às 7 horas e ficasse até às 17 horas na escola, brigavam conosco. Então, o pobre não gosta da educação. Estou falando a verdade. A classe média baixa acredita no sonho da educação e quer crescer.

Estabeleci 10 sábados letivos para ser o encontro da família com os professores e funcionários das escolas. No primeiro semestre, foram cinco sábados; no segundo, cinco sábados também. Um sábado por mês desenvolvemos atividades com a família, para ela ver o crescimento da sua criança, o que ela aprende e o quanto é importante a educação para ela.

Os outros dez dias tiramos dos feriados compactados. Por exemplo, na semana do professor, em outubro, para-se por 5 dias. *“A maioria viaja”*. Não, a maioria não viaja. As crianças humildes não têm oportunidade de viajar. Eu retirei esses feriados que eram emendados no calendário e consegui facilmente, sem ninguém trabalhar mais, sem doer para ninguém, esses 20 dias letivos, o que fez muito, ajudou muito as crianças a crescerem.

Havia polêmica porque eles trabalhavam de graça no início. No primeiro ano, eles trabalharam 20 dias letivos sem receber. A partir do segundo ano, eu passei a pagar. Eu falei: *“quem trabalhar vai receber um 15º salário”*. O FUNDEB tinha dinheiro e nós pagávamos.



Então, senhores, é fundamental essa PEC da Deputada Raquel Muniz. Peço a todos que trabalhem para apoiá-la. Eu acho, sim, que tem que flexibilizar. A diferença do grande Município para o pequeno é uma só: receita própria.

Em Belo Horizonte, o dinheiro que eles gastam na educação, que eles recebem, que eles são obrigados a aplicar no FUNDEB, passa de 5 mil reais, porque há muita receita própria. Os 25% deles são significativos.

No Município que não tem receita própria, eles só ficam com 2.800 e poucos reais. O repasse que o Governo Federal faz proporcionalmente para Belo Horizonte, Montes Claros ou Mirabela é o mesmo. O que difere ser mais ou menos é a receita própria, que os 25% fazem a diferença.

Em Betim, por exemplo, lá em Belo Horizonte, há uma grande arrecadação, porque tem a Fiat, tem a Refinaria Gabriel Passos. São empresas que dão muita receita. A receita de Betim é maior do que a de Belo Horizonte. Esse Município receber igual a Mirabela ou igual a Montes Claros não está legal, porque ele tem uma receita própria grande.

Portanto, tem que haver esse parâmetro, prof. Ricardo, que faça essa divisão do dinheiro, já verificando que lá há grande receita própria. Então o FUNDEB ali, às vezes, não tem dinheiro novo. Vamos reduzir um pouco o FUNDEB para eles e aumentar para aqueles que têm menos receita própria.

Esse fator pode ser analisado, sim, e deve ser analisado. Se Montes Claros tivesse 3 mil, 3.500, 4 mil de repasse, seria muito melhor. Se Mirabela, em vez de 2.800, tivesse 3.500, 4 mil, podia melhorar muito mais, e, de fato, grandes cidades, que têm grandes arrecadações próprias não precisariam do dinheiro que recebem lá.

A prova é que sobra dinheiro, eles têm problema para gastar o dinheiro com o FUNDEB. Às vezes, muitos Municípios que não têm uma gestão adequada terminam não aplicando os índices do FUNDEB.

Por último, eu gostaria de dizer que educação é feita por gente. Então temos que valorizar as pessoas, valorizar a classe de professores. Eu sou professor, dei aula a vida inteira, orgulho-me demais. Eu sou médico também e falo que sou muito mais feliz como professor do que como médico, porque como médico eu ajudo uma pessoa por vez, e como professor eu ajudo dezenas de pessoas por vez.



Número: 0363/17

27/04/2017

Os próprios professores, às vezes, se desvalorizam, falam que a profissão é ruim. Não é, gente! A profissão de professor é digna, maravilhosa, em que ganhamos o dinheiro, mas também ganhamos reconhecimento e temos o propósito de ajudar o outro e fazer o outro crescer.

Vamos valorizar os professores, porque educação se faz com pessoas. É um absurdo não cumprirem o piso nacional da educação. O Prefeito que disser que não paga os 2.300 reais, aproximadamente, é porque não quer, porque para pagar esses 2.300... Eu estou dizendo porque a receita mínima para uma sala de aula é de 6 mil reais.

Se o Prefeito paga salário mínimo, como muitos pagam, mil reais, 1.200 reais, recebendo, mesmo assim, quase 5 mil, 6 mil por turma, está pagando 20% do que recebe. Ele está gastando 80% da receita daquela turma com outras coisas que não o professor.

Então, o mínimo que se pode pagar ao professor, meu amigo — esse piso é pouco —, tinha que ser 3 mil reais, que seria 50% do que ele recebe por turma. Agora, ele desperdiça com outras despesas, com outras contratações. Dessa forma, o dinheiro vai faltar mesmo.

Se o professor, por um turno, ganhasse 3 mil reais; se ele trabalhasse dois turnos, ganharia 6 mil reais. Não é um salário fantástico, mas é bastante suficiente para o professor ganhar bem e ter uma vida digna. No menor Município do Brasil seria possível, com o dinheiro atual do FUNDEB, pagar um salário de 3 mil reais para o professor.

Eu tive a honra, junto com a Sueli, de pagar 3.200 reais de salário para que os professores trabalhassem 40 horas, dando 25 aulas, cinco manhãs ou cinco tardes. É possível. Eu fiz lá em Montes Claros e se pode fazer também em qualquer cidade do Brasil.

Muito obrigado e parabéns! Vamos aprovar essa PEC do FUNDEB permanente. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradecemos ao Prof. Ruy Muniz.

Quero lembrar ao nosso consultor Ricardo que, quando cheguei à Casa, sabendo da qualidade dos consultores e dos assessores, com a bandeira da



Número: 0363/17

27/04/2017

educação, procurei o Ricardo, e ele me atendeu prontamente. Sentamos para discutir pautas legislativas que eu poderia construir aqui na área de educação, já fazendo parte da Comissão de Educação da Casa. Expliquei para ele a experiência vivenciada no Município de Montes Claros em relação ao FUNDEB, e ele me alertou que o FUNDEB ia ser encerrado. A partir daí, passamos a construir, com várias mãos, a ideia inicial, que veio da minha cidade Montes Claros, do meu trabalho também.

Sou médica, mas sou pedagoga também. Tive que estudar primeiro, dar aula, para depois me tornar médica. Com essa preocupação de melhorar a vida das pessoas, já que eu vim de origem humilde — a minha melhorou através da educação, e da educação pública —, eu sou sempre otimista e acredito que nós avançamos bastante, mas que podemos avançar muito mais. Eu gostaria muito que nós tivéssemos aqui hoje a participação do Ricardo Chaves de Rezende Martins, que tem uma importância muito grande na construção dessa proposta, dessa PEC.

Com a palavra o Sr. Ricardo Chaves de Rezende Martins.

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS - Muito obrigado, Deputada, pela generosidade das suas palavras em relação à conversa que tivemos há tanto tempo, mas o mérito da iniciativa é absolutamente de V.Exa., em relação a um assunto que certamente na área da política pública educacional é fundamental para o financiamento da educação brasileira.

Foi uma satisfação ouvir as professoras Angélica e Sueli e o Prof. Jônatas, também o Prefeito. A experiência da vinda, não só de quem trabalhou na rede e continua trabalhando na área da educação, de quem foi gestor, de quem é gestor, é absolutamente fundamental.

Eu gostaria de comentar uma ou duas ideias que cada um dos expositores mencionou e fazer, talvez, uma ou outra indagação, porque o nosso objetivo é subsidiar os Parlamentares com as ideias que possam ser relevantes não só para a perenização do FUNDEB, porque eu penso que, quanto a isso, há consenso na sociedade civil, na administração pública e nos diferentes poderes da República.

Se houvesse um retrocesso, seria inviabilizar o desenvolvimento da educação brasileira, quer dizer é inquestionável. Mas é preciso aperfeiçoar, porque esse FUNDEB já é, digamos, um avanço em relação ao FUNDEF, mas ele tem que



Número: 0363/17

27/04/2017

avançar agora para dar conta de realidades já conhecidas que não são totalmente contempladas.

A primeira coisa, Profa. Angélica, a senhora insistiu muito em várias questões, mas me detenho mais naquilo que parece ser a sua paixão, que é a formação de professores e a valorização conseqüente, porque a formação é, em si, um elemento da valorização. De fato, quando esses fundos foram criados, tanto o FUNDEF quanto o FUNDEB, eles têm um nome: Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Nós temos algumas questões. Na verdade, os recursos do FUNDEB não são modestos. Podem não ser totalmente suficientes aqui e ali. Eu vou falar nesse assunto quando chegar na questão dos Municípios menores.

Por outro lado, nós temos uma série de informações, e é isso que eu gostaria de contemplar, em relação à gestão do magistério nas redes públicas.

Eu vou pedir a V.Exa., Sra. Presidente, somente uns minutinhos.

Uma questão é a relação entre o número de profissionais e o número de alunos. Isso, no Brasil, é extremamente desigual. Existem redes que são muito eficientes na alocação e na gestão de pessoal e redes onde existe um excesso de servidores e de profissionais, sejam docentes, sejam não docentes.

Obviamente, se existe um excesso muito grande, na verdade, a massa disponível para pagar os salários é a mesma. Se o número de participantes no fatiamento é muito grande, reduz-se o número de recursos disponíveis. Isso refreia a questão. Esta é uma questão.

A outra questão é que chega até nós o tema do absenteísmo, outro assunto colocado. O absenteísmo é muito manifesto na rede pública, mas não se manifesta tão claramente na rede privada.

Às vezes o mesmo docente, a mesma professora que trabalha na rede pública e na rede privada, na rede pública tem índice de absenteísmo, e na rede privada não o tem. Essa é uma questão muito delicada, mas que precisa ser colocada.

Por trás de tudo isso está: na questão do FUNDEB, na distribuição dos recursos, em última análise, não teria que haver um critério de eficiência na gestão de pessoal, trabalhando questões como relação aluno-professor, questões de



Número: 0363/17

27/04/2017

existência de políticas de formação de qualidade, formação não só inicial, mas formação continuada? Essa, digamos, é a indagação. Desculpe-me se ela não está muito clara, mas é o que eu gostaria de colocar para Profa. Angélica.

Profa. Sueli, a sua exposição, para mim, foi uma comprovação de que o discurso que... Com muita frequência, nós recebemos pessoas que vêm não só de Municípios, mas de Estados: *“estou com excesso de dinheiro para investir na educação. Os 25% são demais. Na verdade, eu gostaria de colocar uma série de outras despesas, aquelas básicas...”* A pergunta que me faço é a seguinte: Montes Claros deu o exemplo de que melhorou o nível salarial dos professores, ampliou o ano letivo, os dias letivos, colocou tempo integral em todo o ensino fundamental e usou bem o recurso. Espero que continue. Essa é outra questão que eu gostaria de colocar.

Na verdade, quando essas pessoas vêm, nós temos que perguntar: *“mas os seus meninos já estão todos no ensino fundamental, em tempo integral?”* Não os de Montes Claros, mas dos outros que dizem que têm dinheiro sobrando. As políticas de formação de professores estão funcionando? Eu, com certeza, acredito que não.

Então, não acho que haja dinheiro sobrando para a educação, o problema está na distribuição. Eu vou abordar essa questão da distribuição quando eu fizer perguntas ao Sr. Jônatas.

Essa questão para mim é muito clara. Montes Claros não é um Município pobre. A receita que ele tem da educação, não só de recursos próprios, como também do FUNDEB, é expressiva, e mostrou que ainda há muita coisa para fazer.

Tenho certeza de que, se a senhora continuasse como secretária, ainda ia inventar muitas coisas mais para gastar esse dinheiro e, quem sabe, pedir ao Prefeito que colocasse além dos 30%, porque ele disse que gastou cerca de 30% das receitas. Ele poderia conseguir mais.

Então, nunca seria dizer excesso de recurso para a área da educação, ainda que seja nos Municípios de maior arrecadação, como, por exemplo, o senhor citou os Municípios da periferia de Belo Horizonte, como Betim, que tem uma arrecadação maior. É o caso do Espírito Santo, que tem Vila Velha, que é mais rica do que Vitória, e uma série de outros Estados em que essa questão se coloca.

A pergunta é: lá já tem, para todos os alunos, tempo integral? Não, não tem.



Agora, para a senhora, com a sua experiência, é o seguinte: recentemente, nós ouvimos aqui que um dos êxitos do Município de Sobral, que é citado lá no Ceará, que também conseguiu, e parece que Montes Claros vai nessa direção, não é uma elevação do IDEB; é a continuidade das políticas públicas. Não se trata apenas da questão do recurso, não se trata da questão das ações, mas da continuidade.

Sobral tem 20 anos, aproximadamente, de continuidade nas políticas públicas, não são apenas voltadas para a educação.

Eu gostaria de ouvir da senhora se, por acaso, a senhora, que tem experiência na gestão, acha que isso é viável, se isso é possível, se se consegue não só essa continuidade, como exemplo para o Brasil, como também a parceria com o Estado, porque isso também é muito importante, a parceria do Município com o Estado para o desenvolvimento das ações conjuntas.

Parabéns pelo trabalho, Profa. Sueli!

Dirijo-me agora ao Prof. Jônatas.

Uma das questões centrais que têm chegado a nós é a questão da distribuição do recurso. O FUNDEB faz uma redistribuição extremamente importante. No entanto, dentro de cada Estado existem, como o senhor mesmo mostrou, situações diferenciadas entre Municípios que têm receitas próprias e Municípios que não têm, que são dependentes do FPM. Esta é uma questão.

Um tema que está sendo discutido, pelo menos uma proposta que tem sido apresentada, ainda em construção, muito embrionariamente — não é uma proposta já abarcada pelos Parlamentares; são os especialistas, os técnicos e nós que nos estamos debruçando sobre isso —, é a possibilidade de verificar que dentro de cada Estado existe uma diferenciação entre grupos de Municípios: Municípios de maior porte, de médio porte, de menor porte, Municípios que têm um nível socioeconômico da população maior, conjugando algum tipo de variáveis, níveis de atendimento educacional. Quer dizer, o estabelecimento de, pelo menos, uns três níveis de Municípios e, com isso, haveria, como o senhor colocou, uma distribuição diferenciada dos recursos do FUNDEB. Não só dos recursos do FUNDEB, mas dos outros programas federais, por exemplo, como alimentação escolar.



Número: 0363/17

27/04/2017

Por que será que o Município que tem muito recurso precisa receber o mesmo *per capita* de um Município que não tem recurso?

Agora, eu quero também colocar para o senhor a mesma questão que eu coloquei para a Profa. Angélica, que é a questão da eficiência da gestão dos recursos humanos. Eu tenho que ser muito sincero, eu fiquei bastante surpreso quando o senhor colocou 1.255 alunos e 261 servidores. Dá uma relação menor do que cinco no todo. De toda forma, é uma relação menor do que o todo.

Então, é isso que eu gostaria de aprofundar, porque, como é um Município menor, como é que essa questão se coloca para nós? Que o senhor explicasse um pouquinho como é essa realidade, porque isso nos ajudará a atender melhor à realidade dos menores Municípios.

É isso. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Passo a palavra aos expositores, para suas considerações finais e as respostas às indagações.

Aproveito para perguntar à Profa. Ana Angélica com relação às sugestões para a motivação desses alunos que estão fazendo curso na área de educação.

Eu gostaria que a Profa. Sueli falasse um pouco sobre a questão do uniforme da educação física, o uniforme escolar, que também foi um avanço, e a alimentação, desde o desjejum, a importância de tudo isso para a educação.

Gostaria de dizer que na Comissão de Educação nós já aprovamos a aquisição do tênis, resultado também desse trabalho lá, para que as crianças do Brasil — a matéria já passou pelo âmbito da Comissão de Educação e segue para outras Comissões — possam ter não só o uniforme escolar, mas também o tênis escolar. No dia esse assunto foi motivo de muito debate, porque alguns Deputados queriam que se retirasse o tênis, para o *kit* não ficar muito caro. Mas eu falei da necessidade que havia. Quando nós chegamos a Montes Claros, vimos que muitas crianças iam fazer educação física em quadras que não estavam cobertas e com sol muito quente. Enfim, conseguimos, após grande debate, incluir.

Eu gostaria que o Prof. Jônatas falasse da sua experiência adquirida em Montes Claros, o que também já avançou em Mirabela, com relação ao salário de professor e também às condições para os alunos no que se refere à merenda escolar e ao uniforme também.



Número: 0363/17

27/04/2017

Com a palavra a Profa. Ana Angélica, para as suas considerações, por 3 minutos.

A SRA. ANA ANGÉLICA GONÇALVES PAIVA - Bom, o Prof. Ricardo — eu gosto de chamá-lo de professor, porque quem está pensando em educar...

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS - Sim, há 45 anos.

A SRA. ANA ANGÉLICA GONÇALVES PAIVA - Que bom! É uma honra. Eu costumo dizer que eu sou pedagoga de carteirinha. Gosto e me sinto bem. Inclusive, no meu ambiente de trabalho, todo mundo me chama de “profa”. Já perdi outra identidade, mas me sinto muito bem assim.

De fato, inclusive a minha área de especialização, mestrado, que fiz na área de gestão educacional, passa pela formação do gestor. Há alguns anos existia até a especialidade do administrador escolar. Mas isso se perdeu, e se privilegia a formação do professor. Até entendo que para ser gestor de um processo a pessoa tem que conhecer o negócio e tem que ser professor. Entendo isto, que na base tem que ser professor.

Mas a leitura que eu faço — e discuto isso com os meus coordenadores e professores e continuo dando aula sempre que eu posso, porque o professor não perde oportunidade; apareceu uma oportunidadezinha, ele quer falar — é acerca da gestão. Nós falamos só do exemplo do absenteísmo dos professores. Existe essa realidade, que é triste. Um professor que trabalha na rede pública e na rede privada está doente e falta ao serviço na rede pública — “doente”, entre aspas, porque ele comparece na outra instituição —, dá margem a questionamento. Qual é o princípio da gestão da iniciativa privada? É a eficiência, o compromisso com a qualidade, é lógico, mas você tem o processo nas mãos, você tem que ser competente, tecnicamente e também do ponto de vista político, tem que ser humano, tem que ser um educador.

Na rede pública — da qual estou afastada porque já me aposentei, mas fui diretora e tal e continuo em contato com os nossos alunos, porque, via de regra, estão também na escola pública ou nela pretendem ingressar —, o gestor foi, digamos assim, perdendo a identidade como gestor, foi perdendo muitas das suas competências que são necessárias, que dependem de habilidades relacionadas ao



Número: 0363/17

27/04/2017

processo administrativo de dirigir, de controlar, de planejar, de se sentir realmente gestor daquele processo. Ele é mais um parceiro, é mais um colega.

Eu tenho uma visão, que não posso dizer que se aplica a todos, segundo a qual, normalmente, o gestor do bem público se sente muito confortável, porque parece que o patrão dele é fluido, não está presente. O patrão dele é o mesmo do professor. Ele não se sente como na iniciativa privada, que tem o olhar do dono, o olhar do dirigente, que cobra, que exige.

Mas, com certeza, essa desvalorização e esse relaxamento da atuação do professor gera, em contrapartida, uma depreciação dessa função no seu meio, pelos alunos. E há uma série de fatores também. Hoje vemos os jovens altamente agressivos, desrespeitosos. A questão do respeito também passa por aí. Eles não respeitam muito a figura do professor, e isso vira círculo vicioso. O professor age dessa forma porque agem com ele dessa outra forma. Então, eu vejo que realmente o problema passa pela questão da gestão.

O discurso que escutamos às vezes, dos que estão na posição de direção, é o de que lhes falta autonomia. Sempre que tenho oportunidade eu digo que autonomia se conquista. O diretor de uma unidade escolar, pelo próprio cargo, tem que ter autonomia. Mas vejo que os nossos diretores passam por essa questão da autonomia de uma forma descuidada, eu diria. Não controlam para valer o projeto pedagógico. Discutem — e já se evoluiu bastante —, conversam bem. Eu costumo dizer que a organização escolar é uma organização conversacional, é como esta Casa. E eu digo: *“Vocês ganham porque a conversa de vocês tem que ser competente, tem que ser eficiente”*. Mas se perdem, perdem de vista a dimensão da responsabilidade social, eu diria, pelo compromisso de gerir aquela pessoa, aquele recurso que está em sua mão.

Com certeza, a identidade do gestor do bem público precisa ser objeto de muita atenção e de políticas de cobrança. Na iniciativa privada, essa questão nem se discute. Se você contrata um diretor, um gestor, um coordenador de curso, ele tem que dar conta, ele tem que saber o que se espera. Um gestor de curso de faculdade e um coordenador de curso sabem que o curso tem que ser sustentável, que o curso tem que ter eficiência, que o curso tem que ter qualidade. Vamos dar todo o suporte, todo o respaldo, mas ele tem que fazer a parte dele.



Número: 0363/17

27/04/2017

Na educação básica nós percebemos que, nessa questão, está se perdendo o foco. Com certeza, eu vejo que há perda nessa área. Eu sei que Estados e Municípios, em gestões passadas, tinham programas, até no próprio Ministério da Educação, que se chamava PROGESTÃO. Eu cheguei a participar, visitando Municípios, por exemplo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ANA ANGÉLICA GONÇALVES PAIVA - E eu tive o prazer de participar.

Um minuto para mim? Meu Deus!

Perdeu-se esse programa — não é? não sei —, com um material riquíssimo. Eu ainda tenho uma coleção daqueles módulos. De repente vou procurar você.
(Riso.)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ANA ANGÉLICA GONÇALVES PAIVA - Recursos materiais.

Então, eu acho que tem que se investir na qualificação do gestor. Que tem que ser um professor, tem, porque ele tem que conhecer o... Mas a posição dele lá é para fazer a coisa funcionar e dar certo.

Com relação ao que você me perguntou, Raquel, à motivação dos nossos alunos de Pedagogia, eu digo que quem vem para um curso da área de educação é uma pessoa que está sensibilizada para ser um educador, que vem com a disposição de ajudar as pessoas. Ela quer se ajudar também, ela quer crescer, ela quer ter mobilidade social, mas vem com muita deficiência, vem com muita dificuldade.

Para você ser professor hoje, você tem que ter a competência técnica das habilidades que são requeridas, mas tem que ser também uma pessoa que seja líder, que se destaque. Então, esse é o nosso desafio, que está na pauta de todas as disciplinas, principalmente do meio para o final do curso, quando eles começam a mostrar a cara, a apresentar trabalhos, e têm que se posicionar. Mas eles ainda se sentem muito impregnados por todos aqueles autores que dão sustentação aos melhores princípios da educação, eu diria. Por exemplo, Paulo Freire. A obra de Paulo Freire é obrigatória. Ele consegue sensibilizar, ele consegue emocionar as pessoas e fazer com que elas tenham vontade de continuar na profissão.



Número: 0363/17

27/04/2017

Não sei se respondi, mas agradeço mais uma vez a oportunidade, professor. Eu me coloco ao inteiro dispor. Tenho excelentes professores, pessoas que se preocupam muito com a educação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Seus alunos são sempre bem-vindos na Comissão de Educação. Temos a oportunidade de encontrar com eles aqui, em importantes debates.

Para as suas considerações finais, tem a palavra o Prof. Jônatas Gonçalves Rêgo.

O SR. JÔNATAS GONÇALVES RÊGO - Quero agradecer a oportunidade, mais uma vez, Deputada Raquel.

Bom, deixe-me responder a algumas perguntas.

Primeiro, sobre o número de 260 servidores, esclareço que não são todos professores. Eu me referi a todo o quadro que compõe a rede do serviço, desde o porteiro. Temos, em média, de 130 professores a 150 professores, da educação infantil e do ensino fundamental.

Quero pegar carona na fala do Ruy: às vezes, temos que ser um pouco ousados, para quebrar alguns vícios de outras gestões. Temos que ter essa coragem.

Para se ter ideia, cerca de 30 professores estão em ajustamento funcional, e eu tenho que contratar mais 30 para substituí-los. Nós encaminhamos esses professores para o INSS, e há morosidade para resolver essa situação. Então, isso gera um impacto de 60 mil reais por mês. Em 10 meses, vamos dizer, são 600 mil reais, que eu poderia estar investindo na melhoria do salário dos nossos professores.

Então, temos que fazer esse choque de gestão. Estamos na Secretaria há aproximadamente 4 meses apenas e já estamos viabilizando isso. Hoje, no Município de Mirabela, se quisermos fazer investimentos na formação de nossos professores, nós temos que fazer, urgentemente, esse choque de gestão.

Uma iniciativa que nós tomamos foi a de reunir seis Secretários de seis Municípios pequenos e de criar a possibilidade de montarmos uma parceria para capacitar todos os nossos professores da educação infantil, de forma que cada



Número: 0363/17

27/04/2017

Município sedie uma capacitação. Teremos muito mais oficinas e capacitações, e não oneraremos tanto os Municípios. Nós já estamos conversando sobre isso.

Já estou terminando.

Bom, hoje, o que entra para a educação, de recursos próprios — FUNDEB, QESE, PNATE —, mal dá para pagar a folha, a merenda e o transporte escolar. A minha preocupação é: como vou investir? Então, eu tenho que economizar para poder investir, Ruy.

Bom, respondendo à Deputada Raquel, quais são os avanços? Eu encaro como avanço, para 4 meses de gestão, o seguinte: fez parte do nosso plano de governo dar a todas as nossas crianças uniforme escolar, copiando o que deu certo em Montes Claros, e material pedagógico. Ainda vamos chegar a executar esse trabalho, mas já fizemos parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas — SEBRAE. Em toda a nossa rede municipal já estão sendo dadas aulas de cultura empreendedora para os nossos alunos.

Nós aumentamos de 30%, que é o mínimo da agricultura familiar, para 60%, que será o nosso investimento, ou seja, vamos comprar mais do agricultor. O nosso Vice-Prefeito é técnico da EMATER e está nos dando esse suporte.

Temos levado cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego — PRONATEC para o Município. Um deles já aprovado, o Mediotec, de técnico em enfermagem. Já estive lá uma equipe técnica da UNIMONTES. E outros cursos estão em funcionamento.

Nós estamos cumprindo o que está na lei municipal e não estava sendo cumprido, ou seja, damos auxílio aos servidores que atuam na área rural e nos distritos. O professor ou outro servidor que trabalha na área rural e que tem que percorrer mais de 10 quilômetros recebe uma gratificação de 10% do seu vencimento. Com todas as dificuldades, ainda existe esse avanço. *(Riso.)*

Melhoramos também a nossa frota. O Prefeito já me informou que a Deputada está passando um ônibus para nós. De janeiro para cá, já conseguimos dois ônibus. A ideia é a de substituir, até para diminuir a despesa, a nossa frota terceirizada por uma frota própria.



Número: 0363/17

27/04/2017

O Ruy foi muito ousado, fez isso em Montes Claros e deu certo. Estou copiando muita coisa, mas eu preciso de tempo. Com 4 meses de gestão, ainda estamos colocando a casa em ordem.

Eu penso que é isto: é força de vontade, é iniciativa, é vontade. Não tenho vergonha nenhuma de copiar o que deu certo. Espero que daqui a 4 anos eu possa vir aqui trazer mais resultados positivos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Agradecemos ao Prof. Jônatas.

Com a palavra a Profa. Sueli Nobre, para as suas considerações finais e as suas respostas às indagações.

A SRA. SUELI NOBRE - Professor, eu concordo plenamente que a questão da continuidade compromete seriamente os processos. Infelizmente, há uma influência muito forte das políticas partidárias em áreas nobres — na saúde, na educação. O prefeito que entra desconsidera todo o trabalho feito pelo anterior por uma questão até pessoal às vezes. O prejuízo maior é da população. Pior ainda: é das crianças pequenas, que estão iniciando a vida escolar, é das famílias, que realmente perdem com isso. Lamentamos profundamente. O nosso sonho — nós educadores — é de que realmente existam neste País políticas que coíbam isso.

Não é muito da minha área, até nem ousou entrar nesta questão, porque sou técnica e aprendi muito nesses 4 anos, mas estou longe de chegar lá — nem sei se é um sonho, se é uma utopia —, mas acredito que um país só dá certo se os governantes entendem que a educação é a coisa mais importante da vida de uma pessoa. Conhecemos muitos exemplos de pessoas que se transformaram através da escola, através de uma formação. Acho que o país que dá certo é o país que entende que a educação faz a diferença na vida das pessoas, mesmo que não tenham muita coisa. Mas, se você tem uma formação, se você teve a oportunidade de estar numa escola, você vai ser diferente e vai influenciar quem está ao seu lado.

É uma rede que faz total diferença para um país. Acredito, seriamente, que o caminho é este: valorizar e, principalmente, respeitar os projetos educacionais.

Eu posso dizer — e não sei se este é o espaço — que em Montes Claros, hoje, acontece exatamente isso. Ainda não consegui me desvincular totalmente da



Número: 0363/17

27/04/2017

Secretaria porque não deixaram. Acabo sendo acionada por quem ficou lá, às vezes até para se lamentar. Lamento ver que a coisa não caminha, que o projeto não caminha a partir do ponto em que o deixamos.

E queria dizer também que Sobral sempre foi nossa referência. Sempre foi nosso sonho acompanhar as políticas de educação, a forma como Sobral sempre encaminhou os processos. Apesar de Sobral ser uma cidade pequena — e só a conheço através da leitura de artigos e de notícias —, acho que é possível fazer, sim. Depende do gestor, depende de quem está à frente, primeiro do Município e, segundo, da Pasta, da Secretaria. A pessoa que está ali precisa acompanhar, precisa entender e, principalmente, precisa se apaixonar. Se ela não for apaixonada pela educação, não está no lugar certo. Acho que esse é o caminho.

Queria agradecer e dizer que foi muito bom estar aqui. Obrigada, Raquel. Obrigada, Ruy. Obrigada a todos por nos terem dado a oportunidade de vir falar um pouco de uma experiência tão boa, tão gratificante que foi estar na área de educação.

Além de tudo o que eu já disse aqui, esqueci-me de dizer, Montes Claros entregou para cada criança, durante esses 4 anos, uniforme escolar. E esse uniforme era composto de uniforme de educação física e de uniforme de uso diário. Cada criança recebeu, duas vezes por ano, o material escolar — caderno, lápis, borracha, régua, tesoura, cola, caneta hidrocor — e também o material didático, o livro, que era comparado, em Montes Claros, ao melhor livro da escola particular de lá.

Então, se Montes Claros fez, por que todos não podem fazer? É uma questão de prioridade. Eu acredito nisso.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Raquel Muniz) - Ao encerrar esta audiência pública, quero agradecer pela participação aos convidados: à Profa. Sueli, à Profa. Ana Angélica, ao Prof. Jônatas; e ao Prof. Ruy Muniz, a minha inspiração para esta PEC.

Quero agradecer também ao grande consultor Ricardo, que tem me feito crescer muito aqui na Câmara dos Deputados; a todos os consultores da Casa; ao pessoal do meu gabinete em Brasília e em Montes Claros; a todos os alunos da



Número: 0363/17

27/04/2017

minha cidade natal, Montes Claros; a todos os professores que participaram da educação, para que hoje eu pudesse estar aqui representando cada um deles.

O Brasil tem jeito. O jeito quem dá é cada um de nós, especialmente se tivermos um olhar perseverante.

Sueli, continue trabalhando lá, faça parte do Conselho de Educação. Estão querendo você lá, participando, para continuar essa obra maravilhosa que você, o Ruy e toda a equipe de Montes Claros começaram.

Há unanimidade nesta PEC, e isso é muito difícil aqui na Câmara Federal, porque ela é composta por diferentes partidos. Mas todos os debatedores, todos os Parlamentares e os consultores concordam que temos que perenizar o FUNDEB, torná-lo permanente. Mas queremos aprimorá-lo. Com isso, o debate fica rico, na questão do aprimoramento do FUNDEB. Há unanimidade aqui.

Não quero essa unanimidade só em relação à temática, mas também em relação à participação. Não quero que falem o que falaram do ensino médio, que ficaram 20 anos discutindo. E Parlamentar disse que não houve discussão na Casa, que a comunidade não foi ouvida. Estamos realizando várias audiências públicas aqui. O Presidente da Casa, o Deputado Rodrigo Maia — no início da sessão eu disse isto —, abriu prazo de cinco sessões, a partir do dia 24, para emendas. O Brasil inteiro, os Parlamentares e suas assessorias estão nos assistindo. E a Consultoria da Casa está enviando *e-mails* para todos os gabinetes.

Então, vocês todos podem participar dessa importante discussão e ajudar a aprimorar o FUNDEB, já que torná-lo permanente é uma unanimidade.

Agradeço a cada um de vocês que estiveram presentes aqui, nesta manhã, e ao Brasil também. Contamos com a participação de todos. Muito obrigada.

Educação é tudo!

Esta encerrada esta audiência pública. (*Palmas.*)